



# PLANO & ORÇAMENTO 2021

**Por uma Ordem Inclusiva ao Serviço do  
Advogado e do Estado de Direito**

# **PLANO & ORÇAMENTO 2021**

BASTONÁRIO	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO NACIONAL	CONSELHO JURISDICIONAL	CONSELHOS PROVINCIAIS
Duarte da Conceição Casimiro	Presidente – Delfim de Deus Júnior	Presidente – Duarte da Conceição Casimiro	Presidente – Carlos Martins	Presidente do Conselho Provincial da Cidade de Maputo – Benedito Matchole
	Vogal – Maria Cristina Hunguana	Vice-Presidente – Orquídea Massarongo- Jona	Vice-Presidente – José Manuel Roque Gonçalves	Presidente do Conselho Provincial de Maputo – Milagrosa Macuácua
	Vogal – Elina Gomes	Tesoureira – Latifa Rijal Ibraimo	Vice-Presidente – Bela Lithuri	Presidente do Conselho Provincial de Gaza – Merione Sebastião Presidente do Conselho Provincial de Inhambane: David Foloco Júnior
	Secretário: Costa Mateus Amanze	Carlos Agostinho Rodrigues Coelho Filie Sebastião Sitei	Vicente-Presidente: Justino Felisberto	Presidente do Conselho Provincial de Sofala: Natalino Valentim
		Pedro Gomes Macarringue	Fabília Henriques	Presidente do Conselho Provincial de Manica: Cremildo João
				Presidente do Conselho Provincial de Tete: Hélder Chapamba
		Maria Fernanda Rocha Lopes	Jaime Manuel Sunda	Presidente do Conselho Provincial da Zambézia: Ássia Ussene
		Vicente Aniceto Manjate	Ermenegildo Eduardo Guilaze	Presidente do Conselho Provincial de Nampula: Josimar Carrilho Camissa
		Guilherme Dode Daniel	Jaime Remígio Magumbe	Presidente do Conselho Provincial de Niassa: Billy Julane
			Gil Eusébio Cambule Maria de Jesus Carneiro	Presidente do Conselho Provincial de Cabo Delgado: Momade Aboo Bacar

**DIRECÇÃO EXECUTIVA**

**Directora Executiva** – Sheila Manhiça

**Gestor Financeiro** – Laurindo Dinis

**Oficial de Planificação e Formação** – Elisio Massarongo

**Gestora dos Serviços Administrativos** – Delfina Dambo

**Assistente Financeira** – Eneida Timba

**Assistente Administrativa** – Assia Jamal

**Assistente de contabilidade** – Sampaio Huo

**Assistente de formação** – Abílio Mondlane

**Estafeta e Motorista** – Calisto Vidigal

**Técnico de Informática** – Calito Júnior

**Assistente Administrativa CP Cidade de Maputo** – Camila Mandevu

**Assistente Administrativa CP de Maputo** – Telma Covele

**Assistente Administrativa CP de Gaza** – Ruth Maxhaieie

**Assistente Administrativa CP de Inhambane** – Paula Covela

**Assistente Administrativa CP de Sofala** – Lucas Mataveis

**Assistente Administrativa CP de Manica** – Sónia Mapoissa

**Assistente Administrativa CP de Tete** – Shirley de Magalhães

**Assistente Administrativa CP de Zambézia** – Herika Zabura

**Assistente Administrativa CP de Nampula** – Berta Companhia

**Assistente Administrativa CP de Cabo Delgado** – Elizabeth Gabriel

**Assistente Administrativa CP de Niassa** – Sónia Mendes

## **INFORMÁTICA**

**WEBCAD**

## COMISSÕES E DEPARTAMENTOS

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO E EXAME	COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS	INSTITUTO DE ACESSO À JUSTIÇA	ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL	COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS
Presidente – Isabel Garcia	Presidente – Ferosa Zacarias	Patronos: Álvaro Pinto Basto José Roque Gonçalves Maria Isabel Garcia Salvador Nkamate Paulo Pimenta	Coordenadora – Mariana Figueiredo Assistente – Inora Cossa	Presidente – Ivan Nacapa Relator – Zara Jamal Zaheer Lorgat Simão Pelembe Agrato Cavele
Lucas Lucaze	Vice-Presidente – Cláudio Foquiço	Coordenadora – Catarina Camal Oficial de Administração: Carla Matlombe Motorista: Sérgio Manhiça		Alcides Nobele Armando Chihale
Alfiado Pascoal	Coordenadora – Augusta Eduardo Assistente: Estefânia Rangel			
Álvaro Pinto Basto	Álvaro Dias Duarte Amadeu Uqueio			
Arlindo Guilamba	Paulo Mabota			
Dimétrio Manjate	Aina Raside			
Abílio Siteo	Mario Amisse			
Stela Santos	Elias Moyo			
Sandra Clifton	Jose Nhone			
Naftal Machava	Fanito Salatiel			
	Isidro Júnior			

## MISSÃO

---

A **OAM** tem como **missão**:

- ✚ Contribuir de uma forma mais eficiente e eficaz para a consolidação do Estado de Direito Democrático;
- ✚ Ser mais actuante em tornar a Justiça mais acessível ao cidadão;
- ✚ Defender a Constituição, os direitos fundamentais dos cidadãos e a dignidade e prestígio da profissão de Advogado através do respeito, promoção e defesa dos seus princípios deontológicos.

## VISÃO

---

A **OAM** tem como **visão**:

- ✚ Ser reconhecida como um parceiro estratégico do Estado, indispensável na defesa da ordem jurídica nacional, na defesa das instituições democráticas, na defesa dos direitos dos cidadãos e na promoção dos princípios de justiça social.

## VALORES

---

A **OAM** tem como **valores**:

- + Compromisso social;
- + Aprimoramento permanente;
- + Foco no processo e resultados:
  - ❖ Eficiência
  - ❖ Eficácia
  - ❖ Efectividade
- + Ética profissional:
  - ❖ Imparcialidade
  - ❖ Impessoalidade
  - ❖ Independência
  - ❖ Transparência



## PRESSUPOSTOS

1. Crescimento institucional da Ordem, resultante da implantação e funcionamento dos CPs em todas as Províncias, com implicações no aumento dos custos fixos e do pessoal administrativo que passou de 17 quadros efectivos para 29, e na necessidade de adequação da estrutura orgânica;
2. Necessidade de criação de capacidade interna administrativa, financeira e de tecnologia de informação e comunicação e redução do *outsourcing* nas áreas que constituem o núcleo da actividade da OAM para responder à cada vez maior procura de serviços resultante do aumento do número de advogados e advogados estagiários em todo o país;
3. Necessidade de assegurar uma maior intervenção e actuação dos órgãos sociais, na defesa da dignidade dos advogados e na promoção da liberdade do exercício da profissão;
4. Impacto da pandemia nos baixos níveis de execução de actividades (37%) e financeira (39%), bem como o fim dos projectos financiados pelos parceiros OXFAM e OSISA que, juntas, contribuíram em 2020 com 24 % do Orçamento;
5. Necessidade de um plano de contingências para fazer face às incertezas criadas pela pandemia da COVID-19;
6. Maior intervenção na defesa do Estado de Direito, e aumento da oferta dos serviços de assistência jurídica e acesso ao direito .
7. Alinhamento das actividades de todos os CP, sem descurar as actividades específicas que possam ocorrer em cada província, particularmente no que diz respeito às suas datas comemorativas.

## Princípios Norteadores do Orçamento

1. Continuidade do Processo de Reforma Institucional, incluindo a Remunerabilidade do cargo de Bastónario
2. Exequibilidade, Descentralização, Unicidade e Eficiência
3. Previsibilidade de Risco Financeiro
4. Racionabilidade e Responsabilidade na utilização e aplicação dos Recursos
5. Estabelecimento de parcerias para o reforço orçamental.

## **PILARES**

A proposta de Plano e Orçamento assenta, assim, nos seguintes 5 pilares de actuação da OAM:

### **1º PILAR: Consolidação do Estado de Direito Democrático, Direitos Humanos e Acesso à Justiça**

**1.1. No âmbito da defesa dos direitos humanos e acesso à justiça**

**1.2. No âmbito da reforma legal e produção legislativa**

### **2º PILAR: Defesa e Reforço das Prerrogativas do Advogado**

**2.1. No âmbito da defesa e reforço das prerrogativas do advogado**

**2.2. No âmbito do combate a procuradoria ilícita**

**2.3. No âmbito da promoção da Jovem Advocacia**

### **3º PILAR: Ética e Deontologia Profissional**

### **4º PILAR: Estágio e Formação Profissional**

### **5º PILAR: Desenvolvimento Institucional**

**5.1. Capacidade institucional, monitoria e avaliação das actividades**

**5.2. Sustentabilidade financeira**

(sendo o último pilar transversal, pois que sustenta os demais).

Propomo-nos enquadrar as actividades dentro dos pilares enumerados, sobre os quais nos vamos deter, onde procurámos definir os objectivos estratégicos, os locais da sua realização, datas/prazos e o responsável/proponente para a sua execução.

## PLANO DE ACTIVIDADES PROPOSTA

### PILAR I: CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

Actividade	Objectivo Estratégico	Grupo-alvo	Data prevista	Proponente
<b>Secção 1: No âmbito da defesa dos direitos humanos e acesso à justiça</b>				
Produção e divulgação do relatório dos DH's-2020	Promover a defesa dos Direitos Humanos	Advogados, Advogados Estagiários e outros sectores	Actividade contínua	CDH
Elaboração do relatório dos DH's-2021				Actividade comum a todos CP e CDH
Intervenções de emergência no âmbito da protecção dos direitos humanos				
Educação Cívica (Datas Comemorativas relacionadas com o calendário internacional dos DH's)				
Acções de formação sobre acesso à justiça e direitos humanos a grupos específicos				
Campanhas de educação cívica e acesso ao direito (Informação jurídica)		Sociedade em geral	Contínua	Actividades comuns CP e CDH
Caravanas da justiça nos bairros e		Cidadãos	Contínua	Actividades comuns

locais de aglomeração	Assegurar assistência jurídica e defesa dos cidadãos mais carenciados	economicamente desfavorecidos		CP e IAJ
Simpósio Provincial de Acesso à Justiça				
Atendimento e assistência jurídica às pessoas carenciadas nos CP's				Actividades comuns aos CP
<b>Secção 2. No âmbito da Reforma Legal e Produção Legislativa</b>				
Revisão do EOAM	Optimizar a eficiência dos processos internos	Advogados e Advogados Estagiários	<b>Contínua</b>	<b>CL</b>
Elaboração do Regulamento Eleitoral da OAM		Advogados e Advogados Estagiários		
Reuniões Plenárias				CJ
Elaboração dos regulamentos dos Órgãos Sociais		Advogados e Advogados Estagiários		
Debate, divulgação e emissão de pareceres sobre os projectos de lei e outros instrumentos normativos	Promover a participação dos advogados no estudo e divulgação das leis e promover o respeito pela	Advogados e Advogados Estagiários		Actividade comum aos CPs e CL

	legalidade;			
Capacitação sobre os diferentes instrumentos normativos	Promover a participação dos advogados no estudo e divulgação das leis e promover o respeito pela legalidade;	Advogados e Advogados Estagiários		
Reuniões/encontros-AR (AP), PGR, TS	Supervisão da participação nos processos de produção legislativa;	AR, AP, PGR, TS		
Propor reformas legislativas	Assumir um papel activo no desenvolvimento de reformas legais			
Criação e actualização de Base de Dados de Legislação	Facilitar o acesso rápido e gratuito à legislação	Advogados com quotas em dia	<b>Contínua</b>	<b>CL</b>

## **PILAR II: DEFESA & REFORÇO DAS PRERROGATIVAS DO ADVOGADO**

<b>Actividade</b>	<b>Objectivo Estratégico</b>	<b>Grupo-alvo</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Proponente</b>
<b>Secção 1. No âmbito da defesa e reforço das prerrogativas</b>				
Divulgação das prerrogativas dos advogados nas Esquadras, Cartórios, etc.	Promover a liberdade de exercício profissional	Órgãos de administração da justiça, Advogados e Advogados Estagiários	Contínua	Actividade comum aos CPs e CDRPA
Criação de um canal para apresentação, por advogados e				

advogados estagiarios, de denuncias ao nivel dos CPs				
Criação de uma base de dados de processos judiciais instaurados contra Advogado, por questões decorrentes do exercício da profissão;				
Capacitação sobre os mecanismos de defesa das prerrogativas dos advogados	Divulgar e garantir a implementação das prerrogativas dos Advogados;		Contínua	
Intervenções de emergência na defesa e patrocínio judiciário	Reagir aos casos de violação ou ameaças de violação das prerrogativas dos advogados			
Elaboração de um pocketbook sobre as prerrogativas dos advogados	Aumentar a consciência sobre as prerrogativas dos advogados			CDRPA
Celebração da semana do Advogado	Promocão da dignidade da profissão	Sociedade em geral e orgaos de administracao da justica	Setembro	Actividade comum aos CPs e CDRPA
<b>Secção 2. No âmbito do Combate à Procuradoria Ilícita</b>				
Actualização permanente e	Permitir a consulta imediata			Actividade comum

Divulgação da Base de Dados dos Advogados junto dos órgãos da Administração da Justiça	da situação legal dos advogados e sociedades de advogados	Órgãos da Administração da justiça	<b>Contínua</b>	aos CP e CCPI
Facultar aos tribunais, procuradoria, cartórios, Ministério do Trabalho e etc, a lista actualizada dos advogados com inscrição				
Criação de um canal para queixas e denúncias contra procuradoria ilícita	Permitir, de forma rápida, fácil e acessível que qualquer cidadão possa denunciar actos de procuradoria ilícita	<b>Sociedade no geral</b>		
Registar, fazer acompanhamento e sistematizar denúncias sobre a procuradoria ilícita	Responsabilização criminal e/ou disciplinar dos envolvidos	<b>Advogados e sociedades de advogados em situação irregular</b>		
Visitas a escritórios de sociedades de advogados e de advogados	Acompanhamento e estreitamento das relações e monitoria de parcerias	Escritórios de sociedades de advogados e de advogados		
Publicitação dos processos de PI em curso para protecção do consumidor	Acção preventiva coordenada e eficaz, intensificando a fiscalização de situações, que possam configurar práticas ilícitas	<b>Sociedade em geral</b>		
Palestras e debates sobre procuradoria ilícita	Permitir que a sociedade em geral tenha conhecimento	Advogados e advogados		



	sobre os actos próprios da advocacia	estagiários		
Produção de cartazes para Conservatórias, Cartórios Notariais, Faculdades de Direito, MITRAB, Emprego e Segurança Social, Migração,				
Produção de Vídeo/áudio para circular nas redes sociais, rádios e TV, sobre procuradoria ilícita e como fazer a denúncia.		<b>Sociedade em geral</b>		
Estabelecer contactos com a CREL e BAU e outras entidades publicas no sentido de prevenir a procuradoria ilícita	Prevenção da Procuradoria Ilícita	<b>CREL – Conservatoria de Registo de Entidades Legais e BAU – Balcão de Atendimento Único e outras Entidades Publicas</b>		
Estabelecer contactos com as magistraturas, SERNIC, SERNAP, PRM e outras entidades no sentido de <b>SEMPRE</b> exigir a carteira profissional em qualquer diligencia ou acto		<b>Orgãos de Administracao da justica</b>		
<b>Secção 3. No âmbito da Promoção da Jovem Advocacia</b>				
Formação dos jovens advogados em gestão de escritorios	Dotar os jovens advogados de ferramentas organizacionais necessárias para melhor	<b>Jovens Advogados</b>	<b>Fevereiro</b>	APEJA – Apoio para promoco e engajamento da

	gestão dos escritórios			jovem advocacia
Palestra sobre relações interinstitucionais dos pilares de administração da justiça	<p><b>Promover melhor articulação entre os pilares da administração da justiça e uma aproximação institucional</b></p> <p><b>Permitir melhor acesso dos jovens advogados as instituições de administração de justiça</b></p>	<b>OAM e Orgãos de Administração da justiça</b>	<b>Março</b>	APEJA – Apoio para promoção e engajamento da jovem advocacia
<b>Visitas a Escritórios</b> constituídos por jovens advogados	Interacção, acompanhamento e apoio aos jovens advogados para percepção dos principais desafios que enfrentam	Advogados e sociedades de advogados	<b>Março</b>	APEJA – Apoio para promoção e engajamento da jovem advocacia
Interação virtual de cortesia entre a APEJA e as associações de Jovens Advogados de Portugal, Angola, Cabo-Verde, São Paulo (Brasil) e análise de mecanismos de parceria recíprocas	Permitir uma troca de experiências entre Jovens Advogados Moçambicanos e dos países falantes de língua Portuguesa.	Advogados e advogados estagiários	<b>Abril</b>	APEJA – Apoio para promoção e engajamento da jovem advocacia
Palestra sobre novas áreas de actuação jurídica em Moçambique “Dinâmica Socio-económica Vs Dinâmica Profissional do Advogado	<b>Reflectir</b> sobre os novos desafios profissionais resultante do surgimento de novas áreas de actuação.	Advogados e advogados estagiários	<b>Maior</b>	APEJA – Apoio para promoção e engajamento da jovem advocacia

Tertúlias Provinciais sobre os desafios da jovem advocacia	Colher sensibilidades sobre os problemas que os Jovens Advogados enfrentam no exercício da profissão e promover soluções institucionais	Advogados e advogados estagiarios	<b>Junho</b>	CP e APEJA – Apoio para promocao e engajamento da jovem advocacia
<b>Visita de Cortesia aos diversos órgãos de Administração da Justiça</b>	Colher sensibilidades sobre as condições e ambiente profissional da administração da justiça	<b>Orgãos de Administracao da justica</b>	<b>Julho</b>	CP e APEJA – Apoio para promocao e engajamento da jovem advocacia
<b>Reunião de Balanço das actividades do APEJA</b>	Prestar um informe, aos Advogados e Advogados-Estagiários, sobre o cumprimento das actividades semestrais da APEJA	Advogados e advogados estagiarios	<b>Agosto</b>	APEJA – Apoio para promocao e engajamento da jovem advocacia

### PILAR III: ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

Actividade	Objectivo Estratégico	Grupo-alvo	Data prevista	Proponente
1 <sup>as</sup> Jornadas de Ética & Deontologia Profissional	Contribuir para o esclarecimento e atracção para a profissão de advocacia	Advogados e Advogados Estagiários	I trimestre	CJ e CEDP
Palestras vocacionais aos Estudantes Finalistas de Direito		Estudantes finalistas	II Semestre	<b>CJ e CEDP</b>

Lançamento da Colectânea de Deliberações	Ampliar a Gama dos Serviços da Ordem	Advogados e Advogados Estagiários	II Semestre	CJ
Software de gestão processual	Criar sistemas para a gestão melhorada de processos	Advogados	I Trimestre	CJ

### **PILAR IV: ESTÁGIO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

<b>Actividade</b>	<b>Objectivo Estratégico</b>	<b>Grupo-alvo</b>	<b>Data prevista</b>	<b>Proponente</b>
Formação dos Formadores da OAM	Garantir uniformização de metodologias pedagógicas na formação dos Advogados Estagiários	Formadores da CNAEE	I trimestre	CNAEE
Estágio Profissional	Dotar de competências os licenciados em Direito que escolhem a profissão de advocacia	Advogados Estagiários	Fevereiro	Actividade comum aos CP
Exame Nacional	Maior disponibilização dos serviços de advocacia		Maio	
Cerimónia solene de entrega de carteiras profissionais	Aumento dos Advogados Estagiários e reforço da qualidade dos mesmos		Julho	
Revisão do Regulamento de estágio e formação profissional				

Criação de uma plataforma para inscrição online dos candidatos a estágio	Agilização do processo de inscrição dos candidatos a estágio		I trimestre	
--	--	--	-------------	--

## PILAR V: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Actividade	Objectivo Estratégico	Grupo-alvo	Data prevista	Proponente
<b>Secção 1. No âmbito da Capacitação Institucional, Monitoria e Avaliação das Actividades</b>				
Recrutamento de pessoal e apetrechamento dos CP	Reforçar a presença da OAM a nível provincial	CP	Contínua	Actividades comuns aos CP e Direcção Executiva
Divulgação da política de género	Optimizar a eficiência dos processos internos	CP	3º Trimestre	Comissão de Género
Promoção de actividades literárias, culturais, recreativas, desportivas, partilhando esses outros saberes entre os membros		Advogados e Advogados Estagiários	Trimestralmente	Direcção Executiva
2 Assembleias Gerais Ordinárias			Abril e Dezembro	MAG
2 Assembleias Gerais Extraordinárias			1º trimestre e 3º trimestre	MAG
Assembleias Provinciais			Janeiro-Fevereiro e Setembro - Novembro	Actividade comum aos CP
	Optimizar a eficiência dos			

III Conferência Nacional dos Advogados	processos internos		Agosto	CN
Conclusão da elaboração do projecto de construção do edifício da OAM e início do processo de construção			1º trimestre	CN
Reuniões do grupo de trabalho do pelouro		Pelouro do desenvolvimento institucional	Mensal	Pelouro do desenvolvimento institucional
Formação e capacitação do staff		Todos os CP	Contínua	Actividades comuns aos CP
Monitoria e Avaliação				
Planificação (Plano e Orçamento de 2022)			A partir de Setembro de 2021	
Visita de Cortesia do IB		IB	Contínua	CN
Revisão do regulamento interno, manual de procedimentos, quadro pessoal e carreira profissionais. Disseminação do plano estratégico e dos instrumentos normativos		Pelouro Administrativo e Financeiro		Pelouro Administrativo e Financeiro
Estudo para a instalação de um Centro de Mediação e Arbitragem no âmbito da SADC LA	Disponibilização de meios alternativos de resolução de conflitos	Advogados e Advogados Estagiários	II Semestre	CN

Estudo para a criação de uma escola de advocacia	<b>Formação e capacitação contínua dos Advogados</b>			
Parcerias e viagens internacionais	Reforço da presença da Ordem a nível internacional e formação contínua	Membros do CN	Contínua	CN
Software de gestão administrativa e financeira	Criar sistemas de gestão partilhada de informação	ERP		EDP
Actualização do boletim informativo, revista jurídica e página de internet	Reforçar a comunicação institucional da Ordem	Geral		TIC
<b>Secção 2: No âmbito da Sustentabilidade Financeira</b>				
Angariação de fundos e financiamento	Aumentar a capacidade de resposta ao Plano	Receitas da Ordem	Contínua	DE
Memorandos de Entendimento e parcerias				
Revisão de quotas				

**Feita a apresentação do Plano e Orçamento, o Pelouro da Administração e Finanças:**

**Submete a presente Proposta à apreciação do CN, visando a sua submissão à apreciação e deliberação da AG, nos termos da alínea I) do número 1 do artigo 42 dos Estatutos da OAM**